Antonio Carlos Simões, Centro de Comunicação do Instituto de Pesca, www.pesca.sp.gov.br, 11 de abril de 2013   
  
“ECONOMIA SOLIDÁRIA na pesca e aquicultura” foi um dos temas de uma série de palestras ministradas durante a “XI Reunião Científica do Instituto de Pesca (ReCIP)”, realizada de 8 a 10 de abril pelo Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). Essa palestra foi proferida pelo zootecnista Newton José Rodrigues da Silva, newtonrodrigues@cati.sp.gov.br, especialista em economia social, economia do dom, terceiro setor, cooperativismo e associativismo, que trabalha como extensionista na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) da SAA. Newton fez doutorado em Aquicultura no CAUNESP, sendo parte dele desenvolvido na Franca, com especialistas na área de Sociologia. O seu trabalho aplica-se, basicamente, em diferentes comunidades pesqueiras e de artesãos do litoral paulista.   
  
A economia solidária é integrada por um conjunto de iniciativas econômicas privadas, comumente de natureza cooperativista e associativista, autônomas em relação ao Estado, que valorizam o interesse coletivo e a solidariedade, explicou o estudioso. Segundo ele, essas iniciativas apresentam configurações fundamentadas em relações permanentes com o mercado ou mesmo não-monetárias, baseadas no dom, caracterizando-se pelas ações de dar, receber e retribuir. “Assim, os trabalhos voluntários também se integram à economia solidária com a contribuição das ações individuais e familiares na economia, mas que não são computadas no cálculo das riquezas produzidas. As formas que contribuem para a economia solidária são cooperativas de consumo, cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, fundos rotativos e o voluntariado”, observou o palestrante, com base em estudos de Lechat, França Filho e Laville.   
  
Citando Bürgenmeier, Newton Rodrigues acredita que a economia solidária possibilita a operacionalização da conhecida frase: “pensar globalmente e agir localmente” e não aponta nenhuma diferença de significado em relação à economia social, pois afirma que o cooperativismo, associativismo e todas as atividades regidas pelo dom integram o terceiro setor da sociedade organizada. “Essa afirmação, comum entre autores francofônicos, difere da interpretação da maioria dos autores brasileiros (Lechat), que consideram as cooperativas como integrantes do segundo setor por terem interesse econômico. Porém, as cooperativas familiares viabilizam o lucro para os seus integrantes, não havendo exploração da mais valia. Esse argumento reforça a ideia de que a economia solidária deve ser considerada como integrante do terceiro setor”, explicou Newton.   
  
O palestrante fez referências também ao estudioso Singer, ao mencionar que a economia solidária teve origem na Europa, logo após o surgimento do capitalismo industrial, como resposta ao empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão do uso de máquinas. “No Brasil, as primeiras políticas públicas para o desenvolvimento foram elaboradas na década de 1990. Os eventos que marcaram o surgimento da economia solidária na Europa e no Brasil caracterizam-se como uma reação dos trabalhadores aos efeitos negativos do capitalismo. A situação atual da pesca artesanal e da aquicultura familiar é de grandes dificuldades e, de alguma forma, sua origem equivale à dos trabalhadores que foram os pioneiros a se organizar sob os fundamentos da economia solidária. A pesca artesanal enfrenta problemas como baixa remuneração e redução dos estoques de pescado. Em relação à aquicultura familiar, a paralisação das atividades pelos pequenos produtores é o principal efeito da concorrência com a aquicultura inserida no agronegócio. O poder público tem um importante papel para o fortalecimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar, visto que é de interesse da sociedade que haja a sua reprodução social, produção de alimentos de boa qualidade e gestão compartilhada dos recursos naturais. A economia solidária pode responder a esses desafios.” Assim, Newton Rodrigues pergunta: como o poder público deve atuar para fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar, considerando os princípios da economia solidária?   
  
Em sua apresentação, Newton relacionou algumas ações importantes do poder público para fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar:   
  
- Estimular e apoiar as proximidades   
  
As proximidades geográficas, profissionais ou organizacionais são facilitadores para a criação de coesão social e relações de solidariedade. Possibilita, ainda, a organização da cadeia produtiva de forma que haja uma distribuição mais equitativa dos lucros e agregação de valor aos produtos, associando-os ao território ou à forma de produção. Assim, pesquisadores e extensionistas devem realizar estudos socioeconômicos para compreender a existência de proximidades e ativá-las, com o objetivo de construir a economia solidária.   
  
- Disponibilizar serviço de extensão pesqueira e em aquicultura   
  
É necessário que haja um serviço multidisciplinar para que se atenda às diferentes exigências da economia solidária. A atuação do extensionista não pode ser fundamentada na difusão de tecnologia. A sua ação deve contemplar o assessoramento técnico e organizacional baseado no construtivismo, com a valorização da participação. É de fundamental importância que os extensionistas atuem para a capacitação dos pescadores e aquicultores para a gestão de negócios, associativismo e cooperativismo e para o acesso às políticas públicas que podem viabilizar a economia solidária, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o crédito disponibilizado pelo PRONAF, que são de âmbito federal.   
  
- Realizar pesquisa-ação   
  
A pesquisa deve ser realizada com a inserção dos pescadores e aquicultores em todas as etapas da geração de tecnologia, valorizando os seus conhecimentos e necessidades. A atuação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, que deve estar integrada às dinâmicas locais.   
  
- Elaborar projetos de forma participativa   
  
Os projetos devem ser elaborados de forma participativa. Os agentes do poder público têm de considerar sempre um dos princípios fundamentais da sociologia das redes sociotécnicas: “nenhum projeto se impõe pelas suas qualidades próprias; são as redes sociotécnicas que os viabilizam”, segundo Amblard. Projetos que representam somente a lógica de um técnico, liderança comunitária ou poder público têm grandes chances de não apresentar resultados positivos.   
  
Finalizando, Newton Rodrigues revelou que a economia solidária pode viabilizar pescadores artesanais e aquicultores familiares desde que o poder público atue de forma alinhada em seus diferentes níveis com a execução contínua de políticas que proporcionem a emergência de inovações construídas socialmente e possibilitem a sustentabilidade das atividades. Os pesquisadores e extensionistas envolvidos nesse processo devem estimular a prática do dom e exercê-la, atuando de forma diferenciada, impulsionados pela missão de contribuir para a construção de uma nova sociedade.   
  
Revisão do texto: Márcia Navarro Cipólli, navarro98@gmail.com